



cgee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

RELATÓRIO DE GESTÃO

2008

Brasília, DF
Maio, 2009

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da Unidade e Sigla	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
CNPJ	04.724.690/0001-82
Natureza Jurídica	Associação Civil sem fins lucrativos
Vinculação Ministerial	Contrato de Gestão supervisionado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia
Endereço completo da sede	SCN Quadra 2 Bloco A Ed. Coporate Financial Center sala 1102
Endereço da página institucional na <i>internet</i>	www.cgEE.org.br
Normativo de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei Federal nº 9637/98 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais
Código da UJ abrangidas	Não consolida outras unidades
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia
Tipo de atividade	Realização de estudos e pesquisas prospectivas e avaliações em C,T&I e suas relações com setores produtivos buscando subsidiar a formulação e apoio à implementação de políticas públicas
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Não aplicável à natureza jurídica da UJ

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

- I. Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos;
- II. Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
- III. Difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- IV. Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo;
- V. Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e
- VI. Prestar serviços relacionados à sua área de atuação.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, criado em setembro de 2001, qualificado como Organização Social, tem o seu foco de atuação na área de Ciência, Tecnologia e Inovação no que se refere à geração de subsídios para a formulação e apoio à implementação de políticas públicas. Seus estudos de futuro e as análises estratégicas, assim como outras atividades afins, têm o objetivo de servir de apoio aos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas públicas no setor de CT&I. Sua natureza institucional é relativamente nova no cenário do Sistema Nacional de CT&I: o Centro é uma Organização Social, portanto, responde a um Conselho de Administração. Em sua rotina, mobiliza um conjunto de atores formado por seu corpo diretivo e técnico-funcional, especialistas, formuladores de políticas e tomadores de decisão. Suas atividades são fundamentadas no pressuposto de que o conhecimento é elemento propulsor do desenvolvimento sustentável. Balizando suas ações por uma visão de futuro e pela busca de excelência, desenvolve suas atividades com base no compartilhamento de idéias.

Mediante interação crescente com as principais instâncias de elaboração e implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I), o Centro busca agregar valor a cada um de seus produtos, ao aproximar atores e propagar os conteúdos dos principais fóruns nacionais e internacionais em que o conhecimento é insumo das transformações desejáveis ao progresso social. Seu posicionamento em relação às instâncias decisórias possibilita fomentar sinergias e prover subsídios à formulação de políticas públicas em CT&I, tendo participado da concepção de mecanismos e instrumentos de promoção da inovação nas empresas, em especial a subvenção econômica para realização de P&D. Em um processo contínuo de articulação com as principais instituições do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, incluindo segmentos públicos e privados, governo e terceiro setor, o CGEE realiza estudos prospectivos, análises e avaliações e difunde informações seguindo metodologias desenvolvidas e adaptadas, caso a caso, por suas próprias equipes, com o apoio de especialistas. O CGEE pode apontar significativas realizações, com presença marcante no moderno cenário institucional de CT&I que vem se conformando no Brasil nos últimos dez anos. Além de prestar apoio ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na formulação de políticas, vem sendo chamado a contribuir para os trabalhos do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgãos de assessoramento superior da Presidência da República, Agência de Desenvolvimento Industrial, Anatel e outros.

Os resultados destacados neste relatório indicam o surgimento de um novo ambiente de formulação de políticas de CT&I, voltado para a construção de alternativas de futuro para o Brasil, fortemente embasadas no conhecimento e na perspectiva de impulsionar a inclusão e o

desenvolvimento social. A mobilização de competências nacionais e estrangeiras e um importante trabalho de articulação constituem as bases fundamentais da metodologia de trabalho do CGEE, conferindo à instituição um espaço que a distingue e a aproxima do conjunto dos atores que compõem o Sistema Nacional de CT&I. As perspectivas de desenvolvimento institucional já assinaladas em agendas de atividades futuras do Centro são as mais promissoras e atraentes para todos os que queiram enfrentar novos desafios, que surgem ao se lidar com cenários futuros, em um ambiente institucional caracterizado pela proximidade com instâncias decisórias.

Em termos de cooperação internacional, o CGEE é membro do *European Science and Technology Observatory* e da *World Future Society*, e participa dos principais fóruns mundiais sobre prospecção e formulação de políticas públicas em CT&I. Em um país em que ainda não se conseguiu desenvolver uma cultura que reconheça o papel primordial da Ciência, Tecnologia e Inovação como propulsor do desenvolvimento, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos desempenha um papel de alta relevância, em sua missão de difundir a informação nessa área.

Com essa finalidade, o Centro mantém seu sítio permanentemente atualizado com informações de relevância para o Sistema Nacional de CT&I, além de organizar, estimular e apoiar atividades que dão uma maior visibilidade à área, como as Conferências Nacionais de CT&I, feiras de ciências e prêmios correlatos. Como parte dos esforços para fomentar as estratégias de prospecção, avaliação e de aumento da conscientização da importância das novas ferramentas de gestão de CT&I para a inovação e para o fortalecimento das políticas públicas e da economia nacional, o CGEE organiza eventos, seminários, cursos e workshops, voltados para o intercâmbio de experiências e ampliação do conhecimento existente sobre o tema no País. Os eventos realizados pelo CGEE buscam, principalmente, fortalecer as atividades de pensar e debater o futuro e ampliar o escopo deste tipo de atividade nos meios acadêmico, governamental e empresarial, de modo a reforçar as redes de cooperação e a interlocução, articulação e interação dos atores e instituições do sistema nacional de inovação. A informação, o conhecimento e as percepções obtidas com essas atividades são utilizados por pessoas e organizações para tomar decisões, elaborar estratégias e, sobretudo, para reduzir as incertezas inerentes ao futuro.

2.2. Estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Partindo do pressuposto de que o conhecimento é elemento propulsor do desenvolvimento sustentável, norteia suas ações por uma visão de futuro e pela busca de excelência, desenvolvendo suas atividades com base na discussão de idéias e na busca de consensos. Para isso, mobiliza o melhor conjunto de especialistas do País e do exterior para a condução, junto com o seu corpo técnico, diretores e formuladores de políticas, de agenda

prioritária em: estudos de futuro; avaliações estratégicas; e gestão estratégica da informação e do conhecimento, de interesse para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação, objetivando subsidiar o MCT e outros entes/agentes do Estado na formulação de Políticas Públicas.

2.3. Programas

2.3.1. Contrato de Gestão

Grande parte do Plano Anual de Trabalho do CGEE é inserida no âmbito do Contrato de Gestão negociado em forma de ações e subações, conforme mencionado abaixo. Outro conjunto menor é composto por atividades constantes de Contratos Administrativos firmados com órgãos públicos e empresas, públicas ou privadas, proporcionando a introdução de temas e elementos na agenda do Centro de questões prioritárias e relevantes para a CT&I no País.

Durante o ano de 2008 foram firmados dois Termos Aditivos ao Contrato de Gestão de números Décimo Terceiro (13ºTA) e Décimo Quarto (14ºTA), respectivamente em 30 de setembro e 30 de dezembro de 2008. Apesar dos atrasos verificados no repasse de recursos financeiros, uma parcela significativa do conjunto das ações e subações negociadas com o MCT e incorporadas nos 13º e 14º TA's foi efetivamente implementada, tendo sido conduzidas 60 subações, das quais 26 foram concluídas ainda no período coberto por este Relatório. As demais 34 subações encontravam-se em andamento ao final do ano, com prazos de término previstos para 2009.

Um conjunto expressivo de Ações conduzidas em 2008 foi negociado e especificado com a direção superior do MCT, sob a orientação da sua Secretaria Executiva. Exemplos de atividades iniciadas em 2008 e que atendem as demandas específicas do MCT são: (1) Tecnologias críticas e sensíveis em setores prioritários – Hidrogênio e Silício – SETEC; (2) Avaliação da Olimpíada de Matemática – SECIS; (3) Cadeia de valor de Semicondutores Orgânicos – SEPIN; (4) Tópicos tecnológicos prioritários para o Setor Aquaviário – SECIS; (5) Uso sustentável de princípios ativos da biodiversidade (Tecnologias Críticas e Marco Legal) – SEPED; (6) Estudo sobre Tecnologias Sociais – Avaliação dos CVTs – SECIS; (6) Avaliação da Política de Informática – SEPIN; (7) Agendas Estratégicas em CT&I em Cooperação Internacional – Assessoria de Cooperação Internacional. Destaque deve ser dado ao início do processo de planejamento estratégico da FINEP, atividade que tem permitido ao CGEE uma maior e mais detalhada compreensão do papel central dessa agência no SNCTI.

Como destaques das Ações e atividades desenvolvidas em 2008 no âmbito do Contrato de Gestão são citados: (1) apoio ao CNPq no processo de análise das propostas feitas em atendimento ao edital dos Institutos Nacionais de C&T; (2) a geração de subsídios para a agenda brasileira de pesquisa e inovação para o etanol, que inclui o apoio na organização da Conferência Internacional de Biocombustíveis, a publicação em três idiomas (Português, Inglês e Espanhol) do livro “Bioetanol de Cana-de-Açúcar: energia para o desenvolvimento sustentável”, e a estruturação e apoio ao início da implantação do Centro de Ciência e Tecnologia do BioEtanol – CTBE; (3) o estudo prospectivo sobre materiais avançados; (4) os estudos sobre a demografia da base científica e tecnológica do País; (5) o mapeamento e análise da vulnerabilidade e adaptação às Mudanças Climáticas Globais; (6) e o incremento nas publicações do Centro que, além da edição de dois números da revista Parcerias Estratégicas, incluiu cinco títulos (a) População e Políticas Sociais no Brasil: Os Desafios da Transição Demográfica e Migrações Internacionais; (b) Seminário Internacional “Avaliação de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação; (c) Mar e Ambientes Costeiros; (d) Manual de Capacitação sobre Mudanças de Clima e Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; (e) Brasil: A Economia Natural do Conhecimento (Atlas das Idéias).

Em 2008 foi realizada, sob coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação constituída pelo MCT, a primeira avaliação da dimensão efetividade das ações conduzidas pelo Centro ao longo da sua história, o que envolveu uma análise qualitativa dos impactos dos estudos do CGEE junto aos principais demandantes e tomadores de decisão no SNCTI. Especialistas de renome nacional foram mobilizados para esta tarefa.

No que se refere ao desenvolvimento institucional do CGEE, alguns destaques podem ser elencados quanto à (1) organização e implementação do Núcleo de Competências Metodológicas, catalisador das ações de apoio metodológico às ações conduzidas pelo Centro e de atividades que permitam ao CGEE operar no estado-da-arte em suas competências nodais (estudos de futuro; avaliação estratégica; e gestão estratégica da informação e do conhecimento); (2) planejamento organizacional, o que levou o Centro a identificar e aperfeiçoar os seus principais macro-processos de gestão; e (3) atualização e ampliação da sua infra-estrutura de informação com novos equipamentos, com associada capacitação de pessoal.

2.3.2. Principais Ações

No conjunto de Ações constantes do Plano de Ação do Contrato de Gestão no ano de 2008, foram nominadas Linhas de Ação as quais se referem às próprias Ações e a posição em que se encontravam ao final do ano de 2008, conforme elencados no quadro a seguir:

Plano de Ação do Contrato de Gestão no ano de 2008

LINHAS DE AÇÃO	AÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2008
Estudos, Análises e Avaliações	Energias Renováveis: Etanol de Cana – Áreas Tradicionais	Concluída
	Energias do Futuro	Concluída
	Cadeia de Valor de Semicondutores Orgânicos	Em andamento
	Tecnologias Críticas em Setores Econômicos Estratégicos	Em andamento
	Tópicos Tecnológicos Prioritários para a o Setor Aquaviário	Em andamento
	Iniciativas Inovadoras em TICs	Concluída
	Mapeamento e Análise da Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas Globais	Concluída
	Implantação Piloto de Metodologia de Avaliação de Risco de Plantas Geneticamente Modificadas	Concluída
	Demografia da Base Científica e Tecnológica	Concluída
	Agendas Estratégicas em CT&I para o Desenvolvimento Regional	Concluída
	Monitoramento do Ambiente Futuro da CT&I em Áreas Estratégicas	Concluída
	Novos Instrumentos e Novas Institucionalidades de Apoio à Inovação	Concluída
	Avaliação dos Instrumentos de Fomento e Incentivo à Inovação nas Empresas	Concluída
	Avaliação da Pesquisa Antártica Nacional – Etapa II Aprofundamento	Concluída
	Descentralização e Integração do Fomento Público Federal	Concluída
	Organização de Sistema de Avaliação de Resultados e Impactos dos Fundos Setoriais	Em andamento
	Subsídios Técnicos para Agenda Brasileira de Etanol	Em andamento
	Tecnologias Sociais	Em andamento
	Mudanças Climáticas: Energia e Desenvolvimento	Em andamento
	Padrões de Crescimento, Investimento e Inovação	Em andamento
	Descentralização e Parcerias em políticas e programas de C,T&I	Em andamento
	Mobilidade Urbana	Em andamento
	Recursos Humanos em C,T&I	Em andamento
	Avaliação de Programas em C,T&I	Em andamento
	Inovação e Emprego	Concluída
	Materiais Avançados	Concluída
	Projeto de Infra-estrutura de Pesquisa Oceanográfica (Navio de Pesquisa Oceanográfico)	Em andamento
	Convergência tecnológica e setores produtivos	Concluída
	Agenda estratégica em Materiais Avançados	Em andamento
	Tecnologias Críticas e Sensíveis em Setores Prioritárias	Em andamento
Articulação	Agendas Estratégicas em CT&I em Cooperação Internacional	Concluída
	OEPAs: Planejamento estratégico e integração ao SIBRATEC	Em andamento
	Plataforma Portal Inovação - (Novos desenvolvimentos)	Em andamento
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Inovações Institucionais para o SNCTI (Planejamento Estratégico de: FINEP, INSA, FMUSP-HC e IMIP; Segurança Jurídica e Modelos Institucionais dos Institutos de Pesquisa)	Em andamento
	Fors de Discussão em CT&I	Concluída
Disseminação de Informação em CT&I	Edição e Impressão de publicações do CGEE	Concluída
Gestão Institucional	Desenvolvimento Institucional (Planejamento Organizacional, Capacitação de Pessoal e Núcleo de Competência Metodológica)	Permanente

Estudos, Análises e Avaliações

Energias Renováveis: Etanol de Cana - Áreas Tradicionais

Esta ação teve como principal objetivo apoiar o processo de modernização tecnológica da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar em áreas tradicionais do nordeste brasileiro e do norte fluminense. Como produto desta ação, destaca-se uma proposta de programa que estimule a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na cadeia produtiva do etanol, considerando a necessidade de ampliar o nível de competitividade da agroindústria sucro-alcooleira e apoiar a expansão sustentável da produção de etanol de cana-de-açúcar nas áreas tradicionais do Brasil, contribuindo para a estratégia nacional de promoção do bioetanol como *commodity* de ampla distribuição e consumo internacional.

Energias do Futuro

Esta ação de prospecção teve os seguintes objetivos principais: 1) apoiar a implementação de estratégias, políticas e programas de P,D&I voltados para o desenvolvimento de tecnologias em energia em função de demandas futuras por geração, armazenamento e transmissão de fontes selecionadas de energia; 2) desenvolver estudos sobre trajetórias (*roadmaps*) para compatibilização das perspectivas de crescimento econômico e de consumo de combustíveis fósseis (IEA, WEC, EPE, etc.), e da necessidade de redução das emissões de GEE (IPCC), para estabilizar a concentração desses gases em níveis não perigosos; 3) gerar subsídios para a participação no *World Engineers Convention* 2008 (WEC), a se realizar em Brasília, em dezembro/2008, e de outros eventos relevantes sobre o tema.

Cadeia de Valor de Semicondutores Orgânicos

Este estudo visa identificar, valorar e aprofundar a análise dos gargalos e necessidades futuras de desenvolvimento científico e tecnológico dos elos das principais cadeias produtivas priorizadas em prospecção realizada pelo CGEE na área de Semicondutores Orgânicos. Entendimentos preliminares mantidos com a SEPIN/MCT apontam para um estudo focado na utilização desta classe de materiais em dispositivos fotovoltaicos, assim como em displays e sensores, visando ao domínio e introdução de tecnologias-chave no País.

Tecnologias Críticas em Setores Econômicos Estratégicos

Esta ação tem como objetivo a elaboração de roteiros (*roadmaps*) estratégicos e tecnológicos e um plano executivo voltado para o aumento da competitividade do setor siderúrgico nacional. Trata-se de setor incluído na Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP e identificado como um dos setores prioritários para a ação de fomento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). As atividades deste estudo estão sendo conduzidas em estreita relação com entidades setoriais representativas, em especial com a Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais e o Instituto Brasileiro de Siderurgia.

Tópicos Tecnológicos Prioritários para o Setor Aquaviário

Este estudo prospectivo está orientado para o atendimento dos seguintes objetivos principais: (1) Identificar gargalos e tendências internacionais e nacionais nos principais segmentos deste setor; (2) identificar linhas estratégicas para investimentos em CT&I, a serem feitos com recursos do CT - Aquaviário; (3) subsidiar, por meio de recomendações orientadas pelo futuro, a definição de diretrizes estratégicas do CT – Aquaviário em um horizonte temporal de 15 anos. Membros da academia, do setor empresarial e do governo serão mobilizados para as atividades a serem conduzidas, em especial aqueles envolvidos com o segmento da indústria naval nacional.

Iniciativas Inovadoras em TICs

Esta ação teve como objetivo identificar iniciativas inovadoras em tecnologias de informação e comunicação que pudessem apoiar políticas, estratégias e programas nas áreas de software, educação, gestão de programas de governo, segurança pública, dispositivos e componentes de baixo custo, entre outras, tendo como principal fonte de informação e conhecimento os trabalhos de prospecção realizados pelo CGEE e as recomendações advindas da Iniciativa Nacional de Inovação em TICs. Foco foi dado para o tema “Inclusão Digital”, no que se refere principalmente às iniciativas prioritárias no âmbito do governo Federal neste domínio, mapeamento dos principais atores envolvidos com o desenvolvimento e difusão de acesso à banda larga em escolas e centros de acesso comunitário.

Mapeamento e Análise da Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas Globais

Esta ação teve como objetivos principais: 1) o mapeamento e análise de vulnerabilidades às mudanças climáticas; 2) o levantamento e exame de riscos e impactos decorrentes dessas mudanças; e 3) a formulação de recomendações preliminares relativas à elaboração e adoção de políticas e estratégias de adaptação a essas mudanças, nas áreas de saúde, solos e agropecuária, florestas, biodiversidade, semi-árido, recursos hídricos e energia, zonas costeiras e zonas urbanas. Notas técnicas foram solicitadas a especialistas nas áreas mencionadas e editadas de forma a compor publicação divulgada pelo CGEE juntamente com o MCT.

Implantação Piloto de Metodologia de Avaliação de Risco de Plantas Geneticamente Modificadas

Esta ação visou testar, por meio de projeto piloto, metodologia de avaliação de riscos para o meio ambiente e para a saúde humana e animal de plantas geneticamente modificadas usando ferramentas e métodos que incorporassem, entre outras possibilidades, técnicas de avaliação dos impactos destes produtos no contexto cultural, político e ambiental das regiões e localidades onde estes serão utilizados. Visou, entre outras possibilidades, (1) criar canais para a construção da cidadania científica no Brasil a partir da elaboração de diretrizes com a participação de diferentes públicos de interesse (produtores rurais, pesquisadores, consumidores, órgãos governamentais e não governamentais, empresas de biotecnologia etc.) sobre como assumir de forma transparente os assuntos relacionados com os benefícios e riscos dos OGMs;

(2) formular espaços neutros de diálogo e interação que contribuam para a criação de processos mais transparentes e geradores de confiança para a utilização de OGMs no futuro próximo; e

(3) desenvolver caso piloto para testar a metodologia PFOA - *Problem Formulation and Option Assessment* utilizando como modelo a cultura do feijão resistente a vírus do mosaico dourado considerando os sistemas de produção praticados nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.

Demografia da Base Científica e Tecnológica

O objetivo desta ação foi a realização de um estudo para aprofundar o conhecimento sobre a base técnico-científica brasileira e suas principais características sociodemográficas. O foco incidiu sobre a comunidade dos pós-graduandos,

averiguando aspectos como: como se organizam dentro da pirâmide social brasileira; as possibilidades de emprego; e entender determinantes, motivações, incentivos e barreiras à absorção dessa mão-de-obra qualificada pelo mercado, em comparação à política nacional de formação de mestres e doutores. O estudo foi estruturado sobre as bases de dados e sobre os registros das concessões de bolsas de mestrado e doutorado, existentes nas agências governamentais de fomento (federais e estaduais) e sobre os registros sociodemográficos existentes no IBGE e outras instituições de pesquisa na área.

Agendas Estratégicas em CT&I para o Desenvolvimento Regional

Esta ação teve como origem a idéia de se conceber uma agenda de CT&I que pudesse fazer convergir as orientações de diversas estratégias institucionais, públicas e privadas, dentro de uma perspectiva regional de desenvolvimento. Buscou, portanto, propor agendas estratégicas regionais em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), de forma a dotar regiões com menor nível de desenvolvimento, como a Amazônia e o Nordeste do País, de condições propícias ao maior desenvolvimento social e econômico, em sintonia com o Plano de Ação de CT&I liderado pelo MCT e a Política de Desenvolvimento Produtivo, coordenada pelo MDIC, BNDES e ABDI. Trata-se da concepção de agendas que procurem conciliar as várias estratégias institucionais públicas e privadas previstas no campo da CT&I, incluindo-se os instrumentos e as fontes disponíveis para o seu financiamento, dentro de um tratamento que promova a focalização das ações e a convergência da capacidade de apreender e de considerar as distintas realidades regionais.

Monitoramento do Ambiente Futuro da CT&I em Áreas Estratégicas: Rede de Monitoramento de Sistemas Internacionais

Esta ação envolveu atividades voltadas para o monitoramento do ambiente futuro em áreas estratégicas a partir do projeto Radar do Sistema Internacional, conduzido pelo CGEE em parceria com o Instituto de Estudos Internacionais da PUC/RJ. Trata-se de uma rede de especialistas e um ambiente na web onde se disponibiliza um conjunto de informações sobre as tendências de mudança e de continuidade do sistema internacional, a partir da análise das instituições internacionais e das relações de poder, envolvendo os atores (estatais e não estatais) com maior impacto sobre o sistema internacional contemporâneo. Esta nova fase visou consolidar e ampliar a rede de especialistas mobilizados nesta tarefa, bem como modernizar o ambiente de disponibilização na web das informações obtidas.

Novos Instrumentos e Novas Institucionalidades de Apoio à Inovação

Esta ação teve como objetivo realizar análises da percepção das empresas e agentes de fomento no uso dos novos instrumentos de apoio à inovação, considerando os objetivos das políticas públicas, a perspectiva dos órgãos de fomento responsáveis pela seleção dos projetos e a ótica das empresas beneficiadas. Os instrumentos de apoio a inovação inicialmente pensados para serem analisados foram:

Programa Pró-Inovação (FINEP); Programa Juro Zero (FINEP); Programa Inovação tecnológica (BNDES) e Programa Capital Inovador (BNDES), no que se refere às linhas de financiamento reembolsáveis, e;

Programa de Subvenção Econômica a Inovação (FINEP); Subvenção para a contratação de pesquisadores (FINEP); FUNTEC (BNDES); Bolsas RHAIE Inovação (CNPq); Fundos de Capital de Risco (FINEP); CRIATEC (BNDES) e Incentivos Fiscais (MCT). O estudo foi estruturado em três partes: (a) análise dos resultados da Pesquisa de Inovação do IBGE para o período 2003 a 2005; (b) levantamento de informações junto às agências de fomento sobre a aplicação dos novos instrumentos de apoio à inovação; e (c) pesquisa sobre a percepção das empresas quanto à operacionalização dos instrumentos, no caso das linhas de financiamento não reembolsáveis. Esta ação foi conduzida em estreita articulação com a Finep, BNDES e outros atores relevantes do Sistema Nacional de Inovação, tais como a Anpei.

Avaliação dos Instrumentos de Fomento e Incentivo à Inovação nas Empresas

Esta ação objetivou analisar os procedimentos adotados e o escopo da Chamada Pública 01/2006 do Programa de Subvenção Econômica à Inovação da Finep, visando a extrair lições para subsidiar a elaboração dos próximos editais associados a este programa e aprimorar esse novo instrumento de apoio a inovação nas empresas. O estudo pretendeu organizar, consolidar e analisar as propostas apresentadas pelas empresas e as informações de seu processamento na Finep. Complementando a análise dessas informações, foram realizadas entrevistas com os técnicos e consultores da Finep para captar suas impressões sobre o processo. Por fim, foi realizada uma consulta estruturada direta às empresas participantes da Chamada, com o uso de ferramenta eletrônica desenvolvida pelo CGEE. Essa consulta adicionou ao estudo subsídios advindos da percepção e das opiniões das empresas participantes sobre a tramitação e avaliação das propostas apresentadas.

Avaliação da Pesquisa Antártica Nacional - Etapa II Aprofundamento

O objetivo desta ação foi aprofundar, com a participação de representante das comunidades acadêmica, empresarial e governamental, os resultados da avaliação da pesquisa das instituições brasileiras no continente antártico, particularmente no que se refere aos seus principais componentes, a saber: ciências físicas, ciências da vida e ciências da atmosfera. Este processo de aprofundamento da avaliação deverá, também, aprimorar substancialmente os dados e informações constantes da base do sistema de informações sobre a Pesquisa Antártica Nacional, desenvolvido pelo CGEE em 2006.

Descentralização e Integração do Fomento Público Federal

Esta ação buscou gerar subsídios técnicos para orientar o processo de descentralização do fomento público federal para os estados, de forma a conferir maior capilaridade e atendimento às prioridades identificadas em âmbito regional e estadual. A análise foi desenvolvida em 2 partes principais: 1) elaboração de notas técnicas, uma sobre o Estado das artes da descentralização de políticas no Brasil, analisando os dois setores mais avançados nesses processos, a Educação e a Saúde, e outra discutindo a situação do movimento de descentralização de políticas de C,T&I no mundo, em especial face às necessidades de regionalização das mesmas; 2) avaliação de duas experiências concretas de descentralização na atual política de C,T&I do Brasil a saber: PAPPE - Programa de Apoio a Pesquisa em Empresa e PPP - Programa Primeiros Projetos, ambos implementados pela FAP's com repasses de recursos, respectivamente da Finep e do CNPq.

Organização de Sistema de Avaliação de Resultados e Impactos dos Fundos Setoriais

A ação visa a desenvolver atividades de avaliação de resultados e impactos dos Fundos Setoriais, tendo como base os métodos e procedimentos propostos em documento metodológico preparado pelo CGEE ao final de 2006. Após apreciação pelo Grupo Técnico instituído para coordenar o processo de acompanhamento e avaliação dos Fundos Setoriais, o CGEE priorizou o Programa Coopera como piloto para a avaliação da metodologia de análise dos resultados e impactos dos Fundos Setoriais. Portanto, o CGEE dará prioridade no segundo semestre de 2008 a avaliação do Programa Coopera, que aborda projetos de cooperação entre ICTS e empresas. Os resultados consolidados da avaliação serão disseminados para os Comitês Gestores e

para o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais (CCF), com vistas a: (1) instruir o processo de planejamento de novas ações; (2) orientar a revisão das ações apoiadas no âmbito de cada eixo e programas estratégicos; (3) orientar a definição de objetivos estratégicos setoriais; (4) identificar soluções de restrição que afetam, de modo sistêmico, a implementação de programas e ações; (5) avaliar e orientar a elaboração de prioridades e metas dos Planos Anuais de Investimentos; e (6) orientar a alocação dos recursos para os próximos exercícios.

Subsídios Técnicos para a Agenda Brasileira de Etanol

Esta ação está subdividida em três subações, a saber: 1) fornecer suporte à implantação e gerar subsídios técnicos para a consolidação do Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), em articulação com as demais entidades de P&D&I brasileiras e estrangeiras envolvidas na cadeia produtiva do bioetanol e em áreas críticas de convergência do conhecimento científico e tecnológico (biotecnologia, nanotecnologia, novos materiais, etc.); 2) desenvolver estudos referentes à sustentabilidade do bioetanol, envolvendo os temas de: a) nexos agroecológicos locais e trajetórias socio-econômico-ambientais da produção de bioetanol, tais como: disponibilidade hídrica e consumo de água nas fases agrícola e industrial, produção e uso de fertilizantes e seu impacto na produtividade e custo de produção, processamento e uso da vinhaça e demais subprodutos, integração dos sistemas agroindustriais de produção cana-grãos-pecuária-energia, mapeamento das trajetórias de indicadores críticos selecionados - tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais, e subsídios para a agenda nacional e internacional de certificação de produtos e processos produtivos; b) emissões de gases de efeito estufa na cadeia produtiva de bioetanol de primeira e segunda geração, inclusive relativo ao uso de fertilizantes, em apoio à agenda nacional e internacional de análise das emissões de GEE dos biocombustíveis, assim como ao Memorando de Entendimento firmado sobre esse assunto entre o Brasil e os Estados Unidos; e 3) Desenvolver estudos para subsidiar a Conferência Internacional de Biocombustíveis, a ser realizada em novembro em São Paulo no mês de novembro de 2008, assim como os demais eventos conexos e a edição e lançamento do Livro Verde do Bioetanol, em parceria com o BNDES.

Em adição às subações mencionadas, esta ação visa elaborar e publicar livro relativo aos trabalhos desenvolvidos sobre o bioetanol nas Fases 1, 2 e 3 pelo CGEE e especialistas da Unicamp, no período de 2005 a 2007.

Tecnologias Sociais

A avaliação dos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT's tem por objetivo principal extrair lições das experiências do governo federal e dos governos dos estados e municípios na implementação e operação de CVT's, com a finalidade de subsidiar o aprimoramento do Programa de Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos da SECIS - MCT. Os objetivos específicos do estudo compreendem ainda: a) caracterizar os CVT's existentes hoje no País; b) criar uma tipologia para os CVT's à luz das experiências existentes; c) estudar casos de sucesso de CVT's "integrados" a APLs, definindo "modelos implementáveis" adequados de CVT's; d) analisar estratégias de sustentabilidade para os CVT's; e e) construir uma agenda de integração da política de CVT's com outras políticas de inclusão social, a exemplo dos Programas Bolsa Família.

Mudanças Climáticas: Energia e Desenvolvimento

Esta ação subdivide-se nos seguintes temas, com seus respectivos objetivos: 1) Vulnerabilidade, impacto e adaptação: apoiar a consolidação de uma agenda nacional de P, D e I referente ao mapeamento e análise das vulnerabilidades às mudanças climáticas, ao levantamento e exame dos riscos e impactos decorrentes, e à formulação de recomendações relativas à elaboração e adoção de políticas e estratégias de adaptação a essas mudanças; 2) Mitigação: a) Desenvolver estudos sobre trajetórias (*roadmap*) para compatibilização das perspectivas de crescimento econômico e do consumo de combustíveis fósseis (IEA, WEC, EPE, etc.), e da necessidade imperativa de redução das emissões de GEE (IPCC), para estabilizar a concentração desses gases em níveis não perigosos; b) Fornecer subsídios para internalização das recomendações relativas à consolidação do marco regulatório relativo à mudança do clima e ao MDL; c) Identificar e examinar futuras oportunidades de negócios em regimes presentes e futuros para os diversos grandes setores produtivos e estratégicos, tais que: edificações e veículos, infra-estrutura nas áreas de energia, transporte e urbanismo, saúde e higiene etc. dos temas de mudança do uso da terra e florestas no esforço de redução de emissões de GEE.

Padrões de Crescimento, Investimento e Inovação

Esta ação compreende a primeira etapa de uma atividade desenvolvida conjuntamente com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, intitulada "Padrões de crescimento, investimento, e inovação - uma comparação entre o Brasil,

as maiores economias da América Latina e da Ásia, e a Rússia". Visa à comparação das trajetórias de evolução, desde os anos 1950, de um conjunto de países de níveis assemelhados de desenvolvimento: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Venezuela, China, Coreia, Filipinas, Índia, Indonésia, Tailândia e a Rússia. Na sua primeira etapa, a ação irá dedica-se a montar uma base de dados comum sobre a dinâmica de evolução dos investimentos fixos e de seus principais determinantes, organizados em nove conjuntos de variáveis, e avançar numa primeira leitura e interpretação, por especialistas nacionais, das nuances principais dessas trajetórias dos países selecionados.

Descentralização e Parcerias em Políticas e Programas de CT&I

Esta ação, de grande interesse das agências de fomento do MCT, busca dar continuidade ao estudo da descentralização da CT&I no Brasil, promovendo uma análise desse processo, quanto aos mecanismos adotados, aos aspectos políticos, institucionais e jurídicos. Para essa análise, serão levados em conta, dentre outros, os estudos recentes feitos pelo CGEE sobre programas de CT&I descentralizados para os estados, por meio de parcerias entre agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa; experiências internacionais na regionalização de políticas de CT&I e, ainda, características da descentralização no Estado federativo brasileiro em setores como Saúde e Educação. Estes aspectos servirão de base para a compreensão e discussão da descentralização das ações e políticas atuais de CT&I no País.

Mobilidade Urbana

As necessidades de mobilidade das pessoas cresceram de forma exponencial. Seus padrões alteraram-se significativamente nas últimas décadas, especialmente nas áreas urbanas, em consequência do desenvolvimento econômico e social. Fruto da dispersão urbanística residencial e da descentralização das atividades e serviços, a mobilidade nos espaços metropolitanos é hoje uma realidade muito diversificada e complexa, marcada pela utilização crescente de transporte individual e pela ineficiência do transporte coletivo, com consequências ambientais em nível de ruído, poluição atmosférica e agravamento das condições de sustentabilidade energética. Este quadro de extensa pressão, aliado ao reconhecimento de que a mobilidade continua a ser um requisito essencial para a melhoria dos padrões de qualidade de vida, tem incentivado o debate, principalmente a partir da última década do século XX, no sentido de criar instrumentos de atuação e sensibilização, colocando essa questão no centro da

atenção de países e regiões. No cenário atual surge a necessidade de abordar o conceito de mobilidade numa nova perspectiva, em que se devem estabelecer abordagens estruturais inovadoras, permitindo o deslocamento continuado das pessoas, bens e serviços, com menor impacto ambiental, econômico e social. Esta nova abordagem é definida como mobilidade sustentável. Estudos anteriores realizados pelo CGEE indicaram a importância de questões relacionadas à mobilidade urbana, uma vez que poderiam impactar a composição social das grandes cidades brasileiras, como: idade da população, acessibilidade, conjuntura econômica, evolução das tecnologias de informação e comunicação, migração de países fronteiriços ou de outras regiões do globo, dentre outras.

No sentido de entender a dinâmica da mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras, que possibilite identificar seus vetores de desenvolvimento, o presente estudo prospectivo tem como objetivo compor um ambiente de reflexão e debate, cuja conclusão forme uma base que subsidie a elaboração de estratégias relacionadas a políticas públicas relacionadas com tema, em especial aqueles elementos relacionados com o papel da CT&I na solução de problemas identificados.

Recursos Humanos em CT&I

Esta ação se divide nas seguintes subações: 1) Recursos Humanos em Áreas Estratégicas Definidas no Plano Nacional de C&T: os investimentos dedicados à formação de recursos humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação no País vêm sofrendo grande modificação com a entrada de novos atores (privados e governamentais) e novos instrumentos voltados à inovação. Adicionalmente, observa-se uma mudança no perfil das instituições que tradicionalmente cuidavam da formação de recursos humanos. Esta subação visa a analisar o panorama atual da formação de recursos humanos em setores prioritários e verificar as tendências dominantes, com vistas à construção de um cenário desejável; 2) Demografia II: esta subação objetiva ampliar o escopo de reflexões produzidas na ação Demografia da Base Científica e Tecnológica, que caracterizou a dinâmica de evolução do contingente de doutores no Brasil e sua condição de emprego e renda nos últimos anos. Com o apoio do MCT, CNPq, CAPES e IPEA, dentre outras instituições envolvidas, propõe-se aprofundar as análises da 1ª etapa em três direções: a) atualização da base de doutores, e de sua condição sócio-econômica e demográfica; b) articulação da ação a projetos internacionais de análise desses contingentes, em especial, o projeto CDA, da OCDE/EUROSTAT e o projeto da NSF, EUA; c) ampliar a compreensão da relação

entre os sistemas nacionais de inovação e de bem-estar social, pela consideração de outros contingentes associados à educação e à formação da base técnico-científica.

Avaliação de Programas em CT&I

Esta ação se divide nas seguintes cinco subações: 1) Avaliação da Lei de Informática: Compreende a avaliação da Lei de Informática, em especial de sua componente de criação e estruturação de estímulos ao investimento em P&D&I das empresas do setor no país. O objetivo principal é identificar, mensurar e analisar os efeitos estruturantes da Lei de Informática no Brasil para constituição da indústria de TICs no país no período de 1998 a 2008, verificando os impactos nas dimensões econômica, social, de capacitação científica e tecnológica; de produção de conhecimento (científica e tecnológica) e de inovação. Como objetivos específicos identificam-se ainda, dentre outros: a) avaliar o impacto da lei na evolução do processo produtivo básico (investimentos produtivos) no país; b) averiguar as interrelações entre PD&I, PPB, capacitação e competitividade das empresas; c) analisar os impactos regionais da PNI (separação até 2001 e em diante); d) estudar a evolução do desempenho econômico das empresas; e) estudar os impactos da política na cooperação com outras empresas, ICTs públicas e privadas; f) averiguar a formação de spin-offs em decorrência da política; e g) impacto nas ICTs credenciadas mais importantes (amostra). Metodologicamente, serão realizadas entrevistas com empresas, ICTs e gestores com base amostral definida dos projetos considerados, bem como utilizados instrumentos de consulta estruturada mais ampla, a ser endereçada aos intervenientes das operações; 2) Olimpíadas de Matemática: o objetivo principal desta subação é o de realizar uma avaliação qualitativa das Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas - Obmep, identificando seus principais aspectos positivos e inovações, bem como quais os principais indicadores de melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas do País e de sua ação no exercício do papel de agente de desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico do Brasil. Será também avaliado o atingimento das principais metas da Obmep, que pretende, entre outras, estimular: a) nos alunos: o gosto pela matemática e pelo raciocínio, o desenvolvimento do senso crítico e de bons métodos de estudo; a descoberta na matemática de uma fonte de beleza e prazer intelectual, independente de suas futuras opções profissionais; b) nos professores: o envolvimento ativo dos professores das escolas públicas, estimulando-os na direção de seu aprimoramento pessoal e da excelência no ensino da matemática; e c) no geral: o descobrimento de alunos com talento para as áreas

científicas e tecnológicas e proporcionar-lhes condições de desenvolver suas habilidades matemáticas; 3) Subvenção (Chamadas 2 e 3): esta subação tem como objetivo desenvolver uma avaliação das Chamadas Públicas 01/2007 e 01/2008 do Programa de Subvenção Econômica à Inovação da Finep, com o objetivo de extrair lições da implementação do programa, aprimorar os mecanismos de gestão e propor eventuais melhorias no afinamento estratégico do instrumento. O estudo deverá conter as apreciações das referidas chamadas, assim como uma análise comparativa entre estas chamadas e a chamada de 01/2006. A avaliação incluirá as análises do modelo de tomada de decisão, dos critérios de seleção adotados, dos procedimentos operacionais e de vários aspectos associados ao perfil das empresas participantes. Sua execução parte da organização, consolidação e análise das propostas apresentadas pelas empresas e das informações de seu processamento na Finep. Complementando a análise dessas informações, serão realizadas entrevistas com os técnicos e consultores da Finep para captar suas impressões sobre o processo. Por fim, será realizada uma consulta estruturada direta às empresas participantes das chamadas, usando ferramenta eletrônica desenvolvida pelo próprio CGEE. Essa consulta visa a complementar o estudo com subsídios advindos da percepção e das opiniões das empresas participantes sobre o processo em análise; 4) Avaliação do Programa Institutos Nacionais de C&T - INCT: esta subação tem por objetivo analisar, acompanhar e avaliar os resultados quantitativos e qualitativos do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), por meio de parceria com o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). Para realização deste objeto deverão ser considerados os seguintes aspectos: a) Analisar a demanda bruta do Edital dos Institutos Nacionais quanto a aderência ao PACTI, distribuição geográfica, distribuição temática, composição dos institutos, novas formas de organização da pesquisa; b) Subsidiar o Comitê de Análise das propostas, bem como a Comissão de Coordenação do INCT, com relação aos aspectos especificados no item 1; c) Acompanhar e participar do processo de seleção das propostas; d) Acompanhar os resultados parciais das propostas que forem aprovadas; e) Realizar avaliação qualitativa e quantitativa do Programa; f) Identificar nos projetos aqueles segmentos que mais estão sendo impactos e aqueles que necessitam ser incentivados; g) Avaliar os resultados dos INCTs; e 5) Avaliação do Programa Institutos do Milênio: esta subação tem como objetivo analisar, acompanhar e avaliar os resultados quantitativos e qualitativos do Programa Institutos do Milênio, por meio de parceria com o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). Para realização deste objeto deverão ser considerados

os seguintes aspectos: Realizar avaliação qualitativa e quantitativa do Programa Institutos do Milênio; identificar nos projetos aqueles segmentos que mais estão sendo impactos e aqueles que necessitam ser incentivados; e avaliar os resultados dos projetos e do Programa Institutos do Milênio.

Inovação e Emprego

O objetivo desta ação foi desenvolver análise exploratória sobre as relações entre emprego e inovação no Brasil, concentrando-se, em princípio, em dois segmentos: 1) a cooperação sobre metodologias de estudos prospectivos em setores estratégicos, portadores de futuro e de relevância social e econômica; e 2) a avaliação das condições para o desenvolvimento de modelo econométrico de análise das interações entre inovação e emprego envolvendo os impactos sobre emprego e renda e as condições de trabalho no Brasil e em suas regiões.

Materiais Avançados

Este estudo teve como principal objetivo a identificação de tópicos prioritários para o fomento à pesquisa e desenvolvimento de materiais avançados em temas de relevante interesse nacional em temas selecionados, com foco no horizonte temporal de 2022. Os temas selecionados são listados a seguir: Recursos Naturais, Energia, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologias Sensíveis, Tribologia e Aplicações Eletrônicas e Fotônicas. Metodologias de prospecção avançadas serão empregadas neste estudo, em particular aquelas desenvolvidas pela Universidade da Carolina do Norte, voltada para a geração de consensos e de novas idéias em temas complexos (*Idea Accelerator*). Trata-se de tema de grande interesse para o fomento das agências do MCT e dos governos estaduais.

Projeto de Infra-estrutura de Pesquisa Oceanográfica - Navio de Pesquisa Oceanográfico

O Brasil possui sob sua jurisdição uma área marítima de mais de 4 milhões de km². Apesar disto, não dispõe de navios de pesquisa necessários para ampliar o conhecimento sobre essa imensa área, com enorme potencial para contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento econômico e social do País. A permanência desta ação no Plano de Trabalho 2008, do CGEE, visa dar continuidade ao desenvolvimento de um projeto de engenharia naval, com vistas à concepção e à construção no País de um navio oceanográfico, no âmbito de um escopo mais amplo de criação de uma infraestrutura oceanográfica adequada ao desenvolvimento de pesquisas, dentro e além da

imensa área marítima sobre jurisdição brasileira. Este projeto é fruto de articulações havidas entre o MCT, a Finep e a Marinha do Brasil.

Convergência Tecnológica e Setores Produtivos

Esta ação visou gerar subsídios para a construção de políticas públicas que permitam enfrentar os desafios trazidos por essa convergência para a continuidade e fortalecimento do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no Brasil, notadamente nos setores produtivos. Objetivou, ainda, identificar estudos e propostas de ação realizados em diferentes países, como EUA, Espanha, França, Japão, Coreia, entre outros, e organismos internacionais, como OCDE e União Européia, sobre Convergência tecnológica além de identificar as tendências e variáveis, apontando a CT no contexto tecnológico, social, humano, cognitivo e a percepção dos impactos para a sociedade.

Agendas Estratégicas em Materiais Avançados

Os resultados do estudo “Materiais Avançados” concluído em 30.06.2008, aliado ao saldo orçamentário disponível, justificam e permitem seu desdobramento em uma nova ação CGEE denominada Agenda Estratégica em Materiais Avançados. O objetivo dessa Agenda será produzir o conjunto de recomendações para políticas públicas que auxiliem na estruturação de ações de P&D&I em materiais avançados com foco em áreas de interesse nacional, notadamente, em Recursos Naturais, Energia, Saúde, Meio Ambiente, Defesa, Tribologia, Eletrônica / Magnética / Fotônica. Para o produto desta Agenda concorrerão representantes de tomadores de decisão do âmbito empresarial e de governo (ministérios, agências).

Tecnologias Críticas e Sensíveis em Setores Prioritários

Esta ação se divide nas seguintes subações, conforme entendimentos havidos com o MCT: 1) Hidrogênio: este estudo visa a apoiar a consolidação de uma agenda nacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias críticas e sensíveis relacionadas ao hidrogênio. As iniciativas brasileiras relacionadas à cadeia produtiva do hidrogênio e células a combustível, perfazendo agora seis anos, necessitam serem atualizadas e revisadas. Nesse âmbito, o CGEE contribui com a produção e a agregação de novos conhecimentos relativos ao tema "hidrogênio" por meio de um estudo prospectivo trazendo visões de futuro e *roadmaps* estratégicos e tecnológicos; e 2) Silício: este estudo se fundamenta no fato de que o Brasil produz a maior parte do

silício grau solar do mundo, o que representa um ponto forte da capacidade industrial brasileira para geração, armazenamento e distribuição de energia fotovoltaica. O silício é utilizado na grande maioria dos painéis solares, sendo previsto que continuará como tecnologia dominante pelos próximos 20 anos. Por outro lado, novos materiais têm sido desenvolvidos para absorver luz solar com maior eficiência, assim como, novas técnicas para capturar o espectro inteiro de comprimentos de onda da radiação solar, e novas abordagens baseadas em materiais nanoestruturados prometem revolucionar a tecnologia usada para produzir eletricidade fotovoltaica. Por este motivo, uma política para a geração de energia fotovoltaica deve abranger não apenas as tecnologias de silício, mas também aquelas envolvendo os novos materiais (semicondutores orgânicos, corantes sensibilizados etc.). O desenvolvimento tecnológico e a comercialização bem sucedida de células solares monocristalinas demonstram a promessa e praticidade de fotovoltaicos, enquanto novas abordagens aproveitando a nanotecnologia, filmes-finos, semicondutores orgânicos e pontos quânticos (*quantum dots*) oferecem oportunidades fascinantes para fabricação de sistemas mais baratos, mais eficientes e mais duradouros. O estudo será desenvolvido em três fases: a Fase I visa a coletar e organizar as informações no sentido do melhor entendimento sobre o entorno do tema de interesse; a Fase II visa a interpretar as informações da Fase I, produzir e agregar novos conhecimentos do entorno do tema; a Fase III será dedicada aos desdobramentos das visões de futuro em estratégias e, essas, desdobradas em *roadmaps* estratégicos e tecnológicos.

Articulação

Agendas Estratégicas em CT&I em Cooperação Internacional

O objetivo principal desta ação foi o de propor a concepção e a realização da oficina “Cooperação Internacional na era do Conhecimento”, ocorrido em novembro de 2008, congregando especialistas do Brasil e do exterior, bem como tomadores de decisão na área, de modo a traçar um panorama sobre temas emergentes e formas inovadoras de promover a cooperação internacional em C&T, dentro de uma perspectiva estratégica, debatendo diretrizes e perspectivas das políticas e ações, a partir do entendimento do cenário atual e dos desafios futuros aí colocados.

OEPA's: Planejamento Estratégico e Integração ao SIBRATEC

Esta ação tem como objetivo a estruturação de um programa composto por um conjunto de conjunto de ações de natureza estratégica para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, inclusive com a aplicação dos recursos do Plano Nacional em CT&I, visando à superação das limitações por que passam as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPA's), segundo constatou a Pesquisa OEPA's 2006 realizada pelo CGEE em cooperação com a Embrapa e o Consepa, para colocar as referidas entidades em uma situação favorável de operação, mediante um salto de qualidade nas suas atividades, tendo como foco a pesquisa agropecuária e considerando perspectivas de médio e longo prazos. Para tanto, pretende-se desenvolver e implantar programa de gestão estratégica (PGE) em cada uma das 17 OEPA's dirigido para a superação dos principais gargalos levantados na pesquisa OEPA's 1, de forma a: viabilizar o planejamento de gastos estruturados de recursos, com inversões direcionadas para vetores estratégicos, incorporando novos recursos, inclusive do PAC; e desenvolver, planejar e estruturar uma rede de cooperação interinstitucional, em apoio ao SIBRATEC, que será alvo de sistema de acompanhamento e avaliação (SAA) a ser desenvolvido no âmbito dessa ação.

Plataforma Portal Inovação (Novos Desenvolvimentos)

O Portal Inovação é um serviço de governo eletrônico que visa a promover e incentivar a cooperação tecnológica no Brasil, por meio de um espaço virtual que facilite a interação entre os diferentes atores do Sistema Nacional de Inovação. Após cerca de dois anos de lançamento e concluídas as fases I e II, o Portal, hoje com a sua operação sob a responsabilidade da ABDI, acumulou mais de 500 mil acessos e cerca de 280 mil consultas. Sua base de informações é composta por currículos preponderantemente obtidos da Plataforma Lattes que contém cerca de 1 milhão de especialistas, 22 mil grupos de pesquisa e aproximadamente 4 mil empresas. Na fase III estão definidas três frentes de pesquisa e desenvolvimento cujo objetivo incide na ampliação, fortalecimento e consolidação do Portal como um instrumento efetivo de apoio à cooperação tecnológica e à inovação. Os novos recursos alocados nesta ação visam realizar as pesquisas e os desenvolvimentos complementares e necessários para o aprimoramento e ampliação dos ambientes e das funcionalidades da Plataforma Inovação, em estreita interação com os principais atores do sistema nacional de inovação (especialistas e grupos de pesquisa, empresas, ICTIs e agentes de inovação).

Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I

Inovações Institucionais para o SNCTI

Esta ação se divide nas seguintes subações: 1) Segurança Jurídica: esta subação visa conhecer as atividades empreendidas por países que vêm tendo sucesso nos seus programas de inovação bem como os gargalos de natureza jurídica que impedem o País de avançar na promoção da inovação, através da análise do ambiente jurídico construído e das estratégias de superação de marcos contraditórios legais que sirvam como referências para a consolidação do nosso aparato jurídico buscando dar maior segurança aos investidores. São enormes os avanços observados na década de 90 e início dos anos 2000 no que respeita à organização de um conjunto de leis que para construir um ambiente jurídico estimulador da atividade de inovação. Os melhores exemplos são a Lei de Inovação (10.973/2004) e a Lei 11.196/2005, (conhecida como a Lei do Bem) e a sua regulamentação pelo Decreto 5.798/2006. Esse novo cenário, no entanto, ainda não é suficiente para reduzir as incertezas inerentes aos processos de inovação e não dispensa um permanente acompanhamento e vigilante participação dos grupos interessados na regulamentação e na operacionalização dessas iniciativas. Inexiste uma definição clara de papéis e limites de competências dos diferentes agentes estatais, e entre os diferentes poderes e instâncias. Os órgãos de controle ainda não assumiram uma posição que contribua para um clima de maior segurança nas relações entre o setor econômico privado e o Estado. Inexistem também ações que promovam uma visão completa da nova arquitetura jurídica que envolve as relações econômicas que hoje se estabelecem num ambiente internacional muito competitivo. Todo processo de organização jurídica e produtiva que vem se instalando no País é muito recente, data, de fato, de pouco mais de 10 anos e precisa de um persistente trabalho de institucionalização e de uma cultura de inovação que impregne os diferentes ambientes e atores envolvidos nesse processo. Mesmo as universidades, historicamente conhecidas por protagonizar processos de mudanças sociais e econômicas têm sido resistentes em acolher e desempenhar um papel de liderança na construção de um ambiente inovador. Estão previstas a elaboração de um conjunto de análises sobre o ambiente internacional de apoio à inovação, bem como a realização de seminários, dos quais participarão representantes da academia, do governo (incluindo os órgãos de controle e agências de apoio à inovação), do meio empresarial e da sociedade civil; 2) Planejamento Estratégico do Sistema FMUSP - HC: esta

subação busca gerar subsídios para o fortalecimento institucional e a construção de uma agenda prioritária de Pesquisa e Inovação (P&I) para o Sistema FMUSP-HC (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo/Hospital das Clínicas). Esses subsídios devem ser referenciados pelo ambiente nacional de inovação, políticas setoriais e principais desafios futuros para a prática médica em saúde. Para alcançar esse objetivo, realizar-se-á diagnósticos sobre o ambiente atual da pesquisa e desenvolvimento no Sistema FMUSP-HC e analisar-se-á a institucionalidade do sistema FMUSP-HC em relação à nova legislação para a inovação; 3) Modelos Institucionais dos Institutos de Pesquisa: como parte do conjunto de ações voltadas para as Inovações Institucionais do SNCT&I, este estudo visa a identificar e desenvolver modelos institucionais apropriados para a efetiva incorporação de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no processo de desenvolvimento sustentável do País. Considerando o atual estágio de evolução desse sistema, busca-se a modernização dos órgãos e redes de instituições da área de CT&I, com destaque para a questão da segurança jurídica e do marco regulatório, propiciando uma atuação para fazer face às demandas de um ambiente caracterizado por rápidas transformações, que requer respostas ágeis e inovadoras para desafios cada vez mais complexos; 4) Plano de Gestão Estratégica da Finep: esta subação tem por objetivo o desenvolvimento de estudos e análises voltados para a proposição de mecanismos e procedimentos que possibilitem a mudança dos processos organizacionais e de gestão, a superação de problemas estruturais e a formação de uma nova cultura institucional, com vistas a aprimorar a gestão estratégica da Finep no contexto do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCT&I. O processo terá como produto final um Plano de Gestão Estratégica, contendo: i) visão de futuro; ii) focos de ação; iii) roadmap estratégico e iv) diretrizes estratégicas para a formulação de um plano de ação para a FINEP; 5) Planejamento do Insa: esta subação tem como objetivo a prestação de orientações metodológicas e apoio técnico direto pelo CGEE na busca e seleção de competências e na realização de três estudos, considerados como de maior prioridade para a implantação das ações do Instituto Nacional do Semi-Árido - Insa, envolvendo: 1) mapeamento de competências e iniciativas existentes e levantamento das potencialidades do Semi-Árido brasileiro; 2) estruturação das bases para a criação da Rede para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro (RedeSAB); e 3) estruturação do fórum “Futuro do Semi-Árido Brasileiro” e do “Observatório do Semi-Árido Brasileiro”. Nestes estudos deverão ser levadas em conta as percepções já obtidas através da consulta estruturada realizada pelo CGEE no processo de planejamento

estratégico do Insa, bem como as especificidades locais; e 6) Planejamento Estratégico do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira - IMIP- Esta subação busca gerar subsídios para o fortalecimento institucional orientada a construção de uma agenda prioritária de pesquisa e inovação em saúde no Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira - IMIP. Esses subsídios devem ser referenciados pelo ambiente nacional de políticas setoriais de pesquisa e inovação em saúde, pelas mudanças demográficas e dos determinantes da saúde e pelos principais desafios para a prática médica.

Para alcançar esse objetivo, realizar-se-á: 1) Diagnóstico da Estrutura e Gestão Organizacional para a Pesquisa e Inovação; 2) Mapeamento de competências e análise da capacidade científica e tecnológica; 3) Análise da capacidade de C&T em relação à atividade assistencial do IMIP; 4) Análise da relação entre as políticas setoriais de pesquisa e inovação em saúde e a legislação de inovação na institucionalidade da pesquisa e inovação no IMIP; 5) Consolidação das análises e construção da visão de futuro; 6) Validação da visão de futuro e definição das estratégias de ação; e 7) Conclusões e recomendações.

Foros de discussão em CT&I

Esta ação se divide nas seguintes subações: 1) Produção de Notas Técnicas em CT&I: esta subação visa a apoiar, com grande flexibilidade e agilidade, o MCT, suas agências e outros órgãos da esfera governamental, na elaboração de notas técnicas em temas prioritários de interesse para políticas, estratégias e programas em CT&I; 2) Geração de Subsídios Técnicos para o CCT: esta é uma subação de caráter permanente que objetiva fornecer ao CCT subsídios técnicos requeridos para o seu funcionamento sempre sintonizado com as exigências de um Sistema Nacional de CT&I cada vez mais compatível com as necessidades da sociedade brasileira; e 3) Reuniões de Especialistas: esta subação visa a apoiar demandas do MCT, suas agências e outros órgãos da esfera governamental relacionadas com a realização de reuniões de especialistas em temas prioritários de interesse para políticas, estratégias e programas em CT&I.

Disseminação de Informação em CT&I

Edição e impressão de publicações do CGEE

Esta ação se divide nas seguintes subações: 1) Edição e Distribuição de dois números da revista Parcerias Estratégicas: esta subação visa apoiar a edição e distribuição de dois números da revista Parcerias Estratégicas. Cada edição teve uma tiragem de dois mil exemplares que foram distribuídos para as instâncias públicas e privadas interessadas nas questões relativas à ciência e tecnologia nacionais; e 2) Impressão e Distribuição de Estudos Realizados pelo CGEE: esta subação visa apoiar a impressão e distribuição de estudos realizados pelo CGEE no âmbito do Contrato de Gestão, de forma a facilitar a internalização dos resultados obtidos junto a interessados e tomadores de decisão associados a políticas, estratégias e programas em CT&I.

Desenvolvimento Institucional

Esta ação se divide nas seguintes subações: 1) Planejamento Organizacional: esta subação tem como objetivo proceder à revisão das rotinas organizacionais do CGEE e identificar procedimentos para consolidar as capacidades desenvolvidas pelo Centro, com base na avaliação do modelo atual de funcionamento e na identificação de necessidades e oportunidades de melhoria, realizadas com a execução do projeto de avaliação e aprimoramento dos procedimentos operacionais do CGEE; 2) Capacitação de Pessoal: a caracterização de uma subação destinada à capacitação de pessoal, com o escopo de agregar todas as iniciativas de formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos do Centro, buscou concentrar esforços e dar visibilidade à atividade, bem como operar como suporte às iniciativas do Núcleo de Competências Metodológicas. Apesar de contar com profissionais qualificados nas mais diversas áreas, é fundamental que se mantenham atualizados, portanto o conceito de educação permanente, mais do que em qualquer outra organização, no CGEE representa a garantia de qualidade nos trabalhos produzidos; e 3) Núcleo de Competência Metodológica: o objetivo do Núcleo de Competência Metodológica é o de abrigar especialistas com grande domínio e experiência na adaptação e desenvolvimento de metodologias de prospecção, avaliação e gestão do conhecimento com potencial de uso nas atividades correlatas conduzidas pelo CGEE no atendimento de demandas do MCT e outras instâncias da União, bem como clientes no setor privado. Este núcleo deverá estabelecer uma agenda de interações com outras instituições nacionais e

internacionais para troca de experiências e realização de reuniões para apresentação de estudos de caso selecionados.

2.4. Desempenho Operacional

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é avaliado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação composta por membros designados pela Portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia nº 136, D.O.U. de 09/03/2009.

A referida avaliação ocorre sob dois aspectos: grau de alcance das metas e avaliação qualitativa de estudos do CGEE.

A avaliação do grau de alcance das metas é realizada com base nas informações contidas no Relatório Anual de 2008 na apresentação da Diretoria e durante a visita da Comissão ao CGEE. A partir da exposição do referido relatório os membros da Comissão se detiveram na análise dos dados e informações disponibilizados pelo CGEE, particularmente em relação: desenvolvimento das atividades do Contrato e cumprimentos dos prazos, das metas e dos resultados alcançados.

A seguir apresentamos resumo referente ao grau de realização das metas durante o ano de 2008 em relação ao pactuado para o exercício (Quadro I – Comparativo das Metas Programadas e Alcançadas para 2008).

No que concerne à avaliação da qualidade dos estudos realizados pelo CGEE, conforme o pactuado no 12º Termo Aditivo foi iniciada em 2008 uma nova sistemática de avaliação envolvendo as dimensões “efetividade” e “qualitativa dos processos e produtos” (Quadro II - Memória de Cálculo das Avaliações). Este trabalho foi realizado por uma equipe de cinco especialistas, escolhidos pelo Secretário Executivo do MCT, a partir de listas preparadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Quadro I - COMPARATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS PARA 2008

Linha de Ação	Indicador	Peso	Descritor	Sub-ações programadas até 31/12/2008, pelo 12º TA	Executado até 30/06/2008	% de Alcance no sem.	Alterações decorrentes do 13º e 14º TA's	Anexo II do 14º.TA ajustado	Executado até 31/12/2008	% de Alcance no ano	Nota	Total de Pontos
1	Preparar os Termos de Referência, dar início a 20 (vinte) e concluir outras 27 (vinte e sete) sub-ações constantes da Linha de Ação "Estudos, Análises e Avaliações"	4	Preparar TR e Iniciar	20	9	45%	-	20	19	95%	10	40
			Concluir	27	14 (*)	52%	2 sub-ações canceladas e 9 reprogramadas	16	17	106%	10	
2	Concluir 2 (duas) sub-ações constantes da Linha de Ação "Articulação"	2	Concluir sub-ações	2	0	0	1 sub-ação reprogramada	1	1	100%	10	20
3	Realizar 02 (duas) reuniões de especialistas em Ciência, Tecnologia e Inovação; elaborar os Termos de Referência e dar início a 05 (cinco) ações; e concluir 02 sub-ações constantes da Linha de Ação "Apoio à Gestão Estratégica do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação"	2	Realizar Reuniões de Especialistas	2	3	150%	-	2	5	250%	10	20
			Preparar TR e iniciar ações	5	2	40%	-	5	5	100%	10	
			Concluir 2 sub-ações constantes da Linha de Ação "Apoio à Gestão Estratégica do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação"	2	0	0%	-	2	2	100%	10	

Linha de Ação	Indicador	Peso	Descritor	Sub-ações programadas até 31/12/2008, pelo 12º TA	Executado até 30/06/2008	% de Alcance no sem	Alterações decorrentes do 13º e 14º TA's	Anexo II do 14º.TA ajustado	Executado até 31/12/2008	% de Alcance no ano	Nota	Total de Pontos
4	Editar 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas, como parte da Linha de Ação "Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação"	1	Números editados da Revista	2	1	50%	-	2	2	100%	10	10
5	Substituir 20% dos equipamentos de Informática do Centro e realizar 03 (três) reuniões de estudos de caso selecionados, no âmbito do Núcleo de Competências Metodológicas como parte da Linha de Ação Gestão Institucional	1	Substituir Equipamentos de informática	20%	0	0		20%	20%	100%	10	10
			Realizar Reuniões de estudos de caso selecionados	3	1	33	-	3	4	133%	10	
	Totais	10										100
Nota Plano de Ação 2008												10

Quadro II - Memória de Cálculo das Avaliações

Quadro de Indicadores de Metas				
Dimensão da Avaliação	Indicadores	Peso	Metas	Resultado Alcançado
Efetividade	Efetividade Institucional	6	>8	9,5
Qualidade dos Processos e Produtos	Qualidade dos Produtos e Processos	6	>9	9,5
	Composição da Carteira	6	>9	9,5
Plano de Ação	Execução do Plano de Ação	4	>9	10,0
Média Global	9,62			

2.4.1. Evolução de gastos gerais

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

A renegociação de todos os saldos acumulados do Contrato de Gestão, conforme recomendação do Órgão de Controle Interno, no âmbito da avaliação das contas do MCT, foi objeto de negociação com o Órgão Supervisor (MCT) e resultou na inclusão de dispositivo específico constante da Cláusula Quarta do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 2008.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No que concerne às determinações e recomendações do TCU no exercício de 2008, o CGEE cumpre as seguintes decisões:

Acórdão 1372/2008 - TCU - Primeira Câmara - Sessão: 29/04/2008

“Sumário

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ORGANIZAÇÃO SOCIAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA. VEDAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. DETERMINAÇÃO. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. ARGUMENTOS INCAPAZES DE AFASTAR A DETERMINAÇÃO. CONHECIMENTO. PROVIMENTO NEGADO

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Centro de Gestão de Recursos Estratégicos contra o Acórdão o acórdão 2.742/2004 - 1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal determinou à entidade que se abstivesse de contratar servidores públicos para prestação de serviços de consultoria, em face da vedação constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
(...).”

9.1. Com a edição de Lei nº 11.768 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 14 de agosto de 2008, no exercício de 2009 o CGEE está autorizado a contratar servidores públicos para prestação de serviços de consultoria, nos termos do artigo 22, inciso VIII, “b”.

- Acórdão nº 1111/2008 - TCU - Plenário – Sessão: 11/06/2008

“Sumário

REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES EM PROCESSO SELETIVO DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR ORGANIZAÇÃO SOCIAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DO PROCEDIMENTO. OITIVA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO. CIÊNCIA.

As entidades privadas qualificadas como organizações sociais, quando detentoras de contrato de gestão que as habilitem ao recebimento de recursos públicos provenientes do Orçamento da União, inclusive para pagamento de pessoal, sujeitam-se à observância e aplicação dos princípios que regem a Administração, estatuídos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, nos seus processos de seleção e contratação de pessoal, pelo tempo em que vigerem os respectivos contratos de gestão.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em peça subscrita pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, versando sobre possíveis irregularidades havidas no processo seletivo deflagrado pelo Centro de Gestão

e Estudos Estratégicos, Organização Social detentora de contrato de gestão junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.3. recomendar ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE que, quando da realização de processo seletivo visando recrutar e selecionar pessoal, durante o tempo em que mantiver contrato de gestão com o Poder Público Federal, observe, na medida do possível, os princípios constitucionais Acórdão 1372/2008 - Primeira Câmara

is estatuídos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

(...).”

9.3. Em seus processos seletivos o CGEE aplica seus normativos, observando princípios constitucionais dispostos no art. 37, *caput* da Constituição Federal, acatando assim as recomendações determinadas pelo TCU.

- Acórdão nº 2640/2008 - TCU - Plenário – Sessão: 20/08/2008

“Sumário

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE GESTÃO. EXERCÍCIO DE 2003. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONTAS REGULARES COM RESSALVA.

1. Julgam-se regulares, com ressalva, as contas dos responsáveis quando verificadas falhas formais, sem gravidade no conjunto da gestão apreciada, dando-se-lhes quitação.

2. Julgam-se regulares as contas dos responsáveis quando não identificadas quaisquer falhas na gestão apreciada, dando-se-lhes quitação plena.

3. O saldo remanescente de recursos públicos federais provenientes de Contrato de Gestão deve, obrigatória e exclusivamente, ser aplicado nas ações necessárias ao cumprimento das metas pactuadas no respectivo ajuste, ou, se já alcançadas, ser devolvido aos cofres da União.

Acórdão

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.3. determinar ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia - CGEE/MCT que:

9.3.1. especifique, em suas prestações de contas referentes aos contratos de gestão pactuados, os atos de nomeação, designação e exoneração, bem como os períodos de gestão das autoridades arroladas, conforme exige o art. 13, incisos III e IV da IN/TCU n. 47/2004;

9.3.2. passe a incluir, no Plano Anual de que trata a alínea "c" da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão, firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, planilha detalhada de custos que expresse a composição do valor orçamentário proposto ao órgão supervisor, em atenção ao disposto no art. 7º da Lei n. 9.637/1998;

9.3.3. inclua no Plano Anual de que trata a alínea "c" da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como, sempre que cabível, nas planilhas de custos referentes à aplicação de recursos eventualmente suplementados pela Administração Pública, item específico detalhando as despesas administrativas que serão suportadas, de forma a permitir a transparência dos gastos desta natureza relacionados com as metas pactuadas;

9.3.4. contabilize as receitas e despesas de modo a que fiquem identificadas todas aquelas que tenham, respectivamente, origem e suporte em repasses provenientes da União, evidenciando, nas próximas prestações de contas, os excedentes financeiros acumulados desde 2002;

9.3.5. somente realize gastos utilizando recursos provenientes de contratos de gestão para fazer frente às despesas necessárias a implementação das ações previstas no ajuste firmado;

9.3.6. faça constar, nos respectivos processos, as justificativas sobre a necessidade da contratação de pessoal efetivada com utilização de recursos públicos e a motivação para a escolha dos profissionais que vieram a ser selecionados, em atenção aos arts. 2º e 3º da Norma Complementar/CGEE n. 001/2002 - Regulamento de Compras, atentando para os requisitos legais para a contratação de profissionais de notória especialização;

9.3.7. explicita, nos processos atinentes às contratações por dispensa de seleção de fornecedores, efetuadas com recursos públicos e amparadas no art. 14, item 7, do Regulamento para a Aquisição e Alienação de Bens e para a Contratação de Obras e Serviços, justificativas para os custos adotados, bem como a demonstração de sua compatibilidade com os preços praticados no mercado;

(...)."

9.3.1. Determinação atendida

9.3.2. Determinação atendida a partir do 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a inclusão da planilha de detalhamento da estimativa de gastos.

9.3.3. Determinação atendida a partir do 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a inclusão da planilha de orçamento estimativo.

9.3.4. Determinação já atendida pelo sistema de contabilidade, onde segrega por centro de custos todas as despesas das ações executadas.

9.3.5. Determinação atendida.

9.3.6. Determinação atendida, o CGEE realiza suas contratações observando seus normativos vigentes nos termos da Lei 9.637/98.

9.3.7. 9.3.6. Determinação atendida, o CGEE realiza suas contratações observando seus normativos vigentes nos termos da Lei 9.637/98.

14. ATO DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 96/2008

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

- Principais contratos administrativos executados pelo CGEE em 2008

Em adição às atividades do CGEE conduzidas no âmbito do Contrato de Gestão firmado com o MCT, o Centro executou atividades relativas a quatro contratos administrativos, sendo dois com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI com o objetivo de gerar subsídios para as Iniciativas Nacionais de Inovação em Biotecnologia e para o desenvolvimento dos Planos Estratégicos Setoriais, um com o Ministério da Cultura com o objetivo de finalizar a geração de subsídios técnicos para o Plano Nacional de Cultura - PNC), e outro com a Agência Brasileira de

Telecomunicações - ANATEL com o objetivo de gerar subsídios para a tomada de decisão dessa Agência sobre a separação empresarial na prestação de serviços de telecomunicações, objeto de discussão na revisão do Plano Geral de Outorgas.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADE AFINS

Não se aplica ao CGEE conforme Anexo II à DN TCU nº 93/2008

CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA

Documentos anexos - Itens 2; 5 e 6

2. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração dos fluxos de caixa e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado, conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
5. Notas Explicativas, conforme Lei 6.404/1976.
6. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2008

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2008	2007		2008	2007
ATIVO CIRCULANTE	21.497.050,53	22.449.847,33	PASSIVO CIRCULANTE	2.067.161,16	3.756.096,83
DISPONIBILIDADES	20.126.224,80	20.843.146,36	Encargos Sociais a Recolher	203.929,47	202.690,58
Bancos/caixa	67.179,15	498.803,24	Encargos Tributários a Recolher	180.597,57	272.135,40
Aplicações Financeiras	20.059.045,65	20.344.343,12	Fornecedores	843.748,72	2.555.742,88
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	1.370.825,73	1.606.700,97	Provisão para Férias e Encargos	838.220,85	725.527,97
Clientes	344.707,50	1.388.864,85	Adiantamento de Terceiros	664,55	-
Adiantamento a Fornecedores	747.058,92	44.000,00			
Impostos a Recuperar	39.221,61	43.825,68			
Adiantamento de férias	239.007,35	130.010,44			
Outros Créditos	830,35	0,00			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	372.000,00	252.000,00			
Títulos de Capitalização	372.000,00	252.000,00			
PERMANENTE	941.302,52	923.570,08	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	20.743.191,89	19.869.320,58
IMOBILIZADO	867.112,33	800.729,02	RESERVAS	5.923.960,88	-
Bens e Direitos em Uso	1.710.980,82	1.415.632,66	Reserva Técnica	5.923.960,88	-
(-) Depreciações Acumuladas	(843.868,49)	(614.903,64)			
DIFERIDO	74.190,19	122.841,06	DEFICIT/SUPRAVIT ACUM	14.819.231,01	19.869.320,58
Sistemas Aplicativos - Software	305.297,74	296.411,13	Déficit/superávit do exercício ant	13.945.359,70	5.968.033,27
(-) Amortizações Acumuladas	(231.107,55)	(173.570,07)	Déficit/Superávit do Exercício	873.871,31	13.901.287,31
TOTAL DO ATIVO	22.810.353,05	23.625.417,41	TOTAL DO PASSIVO	22.810.353,05	23.625.417,41


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
Presidenta
CPF 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE DÉFICIT E SUPERÁVIT

Em 31 de dezembro de 2008
CNPJ 04.724.690/0001-82

	2008	2007
(+) RECEITA BRUTA	22.843.257,21	38.653.511,41
Transferências da União	20.850.000,00	29.423.050,88
Serviços Prestados a Terceiros	1.914.147,23	8.172.117,09
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	79.109,98	1.058.343,44
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(190.603,54)	(437.689,30)
ISS sobre Faturamento	(95.603,54)	(437.689,30)
Cancelamento de notas fiscais	(95.000,00)	
(=) RECEITA LÍQUIDA	22.652.653,67	38.215.822,11
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(23.073.113,25)	(25.417.435,79)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.637.155,73)	(1.843.002,77)
Despesas com Pessoal e Encargos	(10.023.700,94)	(8.173.856,20)
Serviços de Terceiros	(6.104.372,90)	(10.698.593,39)
Alugueis e Arrendamentos	(1.276.174,07)	(1.146.008,24)
Impostos e Taxas	(43.686,17)	(288.073,12)
Diárias	(1.283.311,50)	(916.900,57)
Passagens	(2.070.853,57)	(1.248.844,47)
Promoções e Eventos	(325.056,07)	(790.033,08)
Outras Despesas Operacionais	(22.299,97)	(42.034,46)
Depreciações e Amortizações	(286.502,33)	(270.089,49)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(420.459,58)	12.798.386,32
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	1.294.330,89	1.102.900,99
Despesas Financeiras	(303.506,44)	(275.071,76)
Receitas Financeiras	1.597.837,33	1.377.972,75
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	873.871,31	13.901.287,31


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
Presidenta
CPF 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF 000.068.151-20



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento entre as partes signatárias: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2010.

Em áreas de sua atuação este Centro executa outros contratos de serviços contratados por terceiros.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76 - das sociedades por ações e na NBC T 10.19 Entidades sem finalidade de lucros, adaptada às organizações sociais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

No exercício financeiro de 2008, o registro contábil da receita e da despesa foi efetuado pelo regime de competência, exceto a receita de fomento, advinda do Contrato de Gestão que foi contabilizada pelo regime de caixa.

b) Ativo e Passivo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridas, calculadas “pro rata temporis”, líquidos das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridas.



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

c) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito na Nota 6.

d) Diferido

Refere-se a gastos com aquisição de software e está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, à taxa anual de 20%.

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2008, os recursos financeiros disponíveis, cujo montante é de R\$ 20.059.045,65 (2007 – R\$ 20.344.343,12) estão aplicados no CDB-DI Swap do Banco do Brasil, com característica conservadora.

Além disso, existem recursos aplicados em títulos de capitalização, no montante de R\$ 372.000,00, com vigências até 01.12.2011, que estão classificados no realizável a longo prazo.

5 CLIENTES

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais a Entidade firmou contrato de prestação de serviços, compostos da seguinte forma:

	2008	2007
Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão		1.025.014,85
Ministério da Cultura	316.350,00	268.850,00
Petrobrás – Petróleo Brasileiro		-
ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial		95.000,00
Gabinete de Segurança Institucional da PR	28.357,50	
Total	344.707,50	1.388.864,85



cggee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

6 IMOBILIZADO E DIFERIDO

O ativo imobilizado e o diferido estavam compostos da seguinte forma:

Descrição	Taxas de Depreciação	2008	2007
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.184.026,69	985.448,48
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	38.312,27	38.312,27
Móveis e Utensílios	10%	383.694,81	300.483,59
Equipamentos de Audiovisual	20%	104.947,05	91.388,32
(-) Depreciações		(843.868,49)	(614.903,64)
Subtotal do Imobilizado		867.112,33	800.729,02
Diferido			
Sistemas Aplicativos – Software	20%	305.297,74	296.411,13
(-) Amortizações		(231.107,55)	(173.570,07)
Subtotal do Diferido		74.190,19	122.841,06
Total do Imobilizado e Diferido		941.302,52	923.570,08

7 FORNECEDORES

O saldo dessa conta corresponde aos valores a pagar aos fornecedores de materiais e serviços, que estava composto da seguinte forma:

Fornecedores	2008	2007
EMGEPRON –Empresa Gerencial de Projetos Navais	226.100,00	372.100,00
FUNCAMP –Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP		500.000,00
ANPEI –Associação Nacional de Pesquisa Desenvolvimento e Eng. Empresas	37.400,00	204.600,00
Fundação Coordenação de Projetos Pesquisas e Estudos Tecnológicos –COOPETEC		130.000,00
CEPLAN –Consultoria Econômica e Planejamento		108.300,00
TGI –Consultoria em Gestão S.A.		103.000,00
Stallivieri e Gusmão Gestão Tecnológica e Ambiental Ltda.	50.500,00	102.000,00
Cartoon PSI – Produtos e Serviços	75.645,22	
Instituto Stela	137.360,00	
Foco Estudos, Capacitação e Recursos Humanos e Part. Ltda.	86.720,00	
Hewlett-Packard do Brasil Ltda.	92.800,00	
Outros Fornecedores	137.223,50	1.035.742,88
Totais	843.748,72	2.555.742,88



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

8. DESPESAS

O reconhecimento das despesas efetivadas no exercício financeiro foram apropriadas pelo regime de competência.

9. RECEITAS

a) Contrato de Gestão

No exercício de 2008 foram utilizados recursos oriundos de três Termos Aditivos ao Contrato de Gestão perfazendo um fomento de R\$ 22.900.000,00.

As receitas do contrato de gestão foram registradas pelo seu recebimento da seguinte forma: Recebimentos no exercício: R\$ 20.850.000,00 (vinte milhões oitocentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 20.600.000,00 (vinte milhões e seiscentos mil reais) referentes aos aditivos deste ano e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) remanescentes do exercício de 2007.

Restando ainda, do Contrato de Gestão, uma parcela de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) com a previsão de recebimento para 2009.

b) Contratos Administrativos

As receitas correspondentes a outros contratos de prestação de serviços foram registradas com base no regime de competência

Contratantes	2008	2007
Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG		4.741.017,09
Ministério da Cultura – MinC	333.000,00	1.146.100,00
Agência Espacial Brasileira – AEB		60.000,00
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI	1.135.000,00	1.005.000,00
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE		1.200.000,00
Museu de Astronomia e Ciências Afins – MASP		20.000,00
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	414.220,80	
Gabinete de Segurança Institucional da PR	29.850,00	
Outras Receitas	2.076,43	
Totais	<u>1.914.147,23</u>	<u>8.172.117,09</u>



cg ee

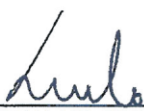
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

c) Financeiras e outras receitas operacionais

O CGEE obteve de receita financeira e outras receitas não operacionais o montante de R\$ 1.676.947,31 (um milhão seiscentos e setenta e seis mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos) no exercício de 2008 com as seguintes vinculações:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas		
	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.593.031,58	3.930,44
Recuperação de Despesas/ Ressarcimentos	35.390,00	43.719,98
Descontos Financeiros Obtidos/Outras Receitas	875,31	0,00
Totais	1.629.296,89	47.650,42
Total Geral	1.676.947,31	

Brasília, 31 de dezembro de 2008.


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
Presidenta
CPF nº 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF nº 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2008

CNPJ 04.724.690/0001-82

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2005	13.064.096,92			13.064.096,92
Déficit do Exercício		(7.096.063,65)		(7.096.063,65)
SALDO EM 31/12/2006	13.064.096,92	(7.096.063,65)		5.968.033,27
Incorporação do déficit	(7.096.063,65)	7.096.063,65		-
Superávit do Exercício		13.901.287,31		13.901.287,31
SALDO EM 31/12/2007	5.968.033,27	13.901.287,31		19.869.320,58
Incorporação do Superávit 2007	13.901.287,31	(13.901.287,31)		-
Transferência para Reserva Técnica			5.923.960,88	-
Superávit do Exercício		873.871,31		873.871,31
SALDO EM 31/12/2008	13.945.359,70	873.871,31	5.923.960,88	20.743.191,89

LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
 Presidenta
 CPF 148.545.544-87

AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
 Assessor Financeiro e Contábil
 Contador CRC-DF 000656/O-8
 CPF 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Em 31 de dezembro de 2008
 CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - ORIGENS DOS RECURSOS	2008	2007
(+)Resultado Líquido do Exercício - Superávit	873.871,31	13.901.287,31
(+)Depreciações/Amortizações	286.502,33	270.089,49
(+) Redução do Ativo Permanente-Baixa de Bens	-	11.728,57
Total das Origens	1.160.373,64	14.183.105,37
2 - APLICAÇÕES DOS RECURSOS	2008	2007
(-)Resultado Líquido do Exercício - Déficit	-	-
(-)Compras de Bens e Direitos de Uso	304.234,77	210.795,39
(-)Reclassificação do Ativo Circulante para Ativo a Longo Prazo	-	252.000,00
(-)Aquisição de Títulos de Capitalização	120.000,00	-
Total das Aplicações	424.234,77	462.795,39
3 - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (1-2)	736.138,87	13.720.309,98
4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CCL	2008	2007
+Ativo Circulante Inicial	22.449.847,33	15.830.756,06
(-)Passivo Circulante Inicial	(3.756.096,83)	(10.857.315,54)
=Capital Circulante Líquido	18.693.750,50	4.973.440,52
+Ativo Circulante Final	21.497.050,53	22.449.847,33
(-)Passivo Circulante Final	(2.067.161,16)	(3.756.096,83)
=Capital Circulante Líquido	19.429.889,37	18.693.750,50
=AUMENTO OU REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (3-4)	736.138,87	13.720.309,98


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
 Presidenta
 CPF 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
 Assessor Financeiro e Contábil
 Contador CRC-DF 000656/O-8
 CPF 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE DÉFICIT E SUPERÁVIT ACUMULADOS

Em 31 de dezembro de 2008
 CNPJ 04.724.690/0001-82

SALDO EM 31/12/2006	5.968.033,27
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Correção Monetária	0,00
Superávit do Exercício	13.901.287,31
SALDO EM 31/12/2007	19.869.320,58
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
Correção Monetária	0,00
(-) Transferência para Constituição de Reserva	(5.923.960,88)
Superávit do Exercício	873.871,31
SALDO EM 31/12/2008	14.819.231,01


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
 Presidenta
 CPF 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
 Assessor Financeiro e Contábil
 Contador CRC-DF 000656/O-8
 CPF 000.068.151-20

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Em 31 de dezembro de 2008

CNPJ 04.724.690/0001-82

DETALHAMENTO DE CONTAS DO ATIVO E PASSIVO**DEMONSTRAÇÕES DAS CONTAS BANCÁRIAS**

BANCOS CONTA-CORRENTE	2008	2007	2006
Banco do Brasil			
C/C 435.000-6	0,00	0,00	0,00
C/C 435.001-4	8.994,30	94.762,73	202.405,57
C/C 435.002-2	56.184,85	404.034,92	73.426,06
C/C 435.004-9	0,00	5,59	190,79
TOTAL BANCOS CONTA CORRENTE	65.179,15	498.803,24	276.022,42

APLICAÇÕES E RESGATES 2006/2007/2008**CONTA 435.001-4 BANCO DO BRASIL**

ANO	CAPITAL	RENDIMENTOS	RESGATES			SALDO
			CAPITAL	JUROS	IRRF	
2006	3.220.000,00	149.130,93	2.681.100,00	101.541,15	28.567,97	1.960.834,87
2007	2.000.000,00	123.199,14	3.938.900,00	113.831,79	31.302,22	0,00
2008	200.000,00	5.728,97	200.000,00	4.440,02	1.288,95	0,00

CONTA 435.002-2 BANCO DO BRASIL

ANO	CAPITAL	RENDIMENTOS	RESGATES			SALDO
			CAPITAL	JUROS	IRRF	
2006	19.239.949,65	444.553,09	11.341.449,65	279.080,98	85.520,94	10.500.991,87
2007	25.500.000,00	1.252.015,78	15.876.000,00	818.601,38	214.063,15	20.344.343,12
2008	19.700.000,00	1.591.233,05	20.168.000,00	1.128.231,06	280.299,46	20.059.045,65

TOTAL 2008	20.059.045,65
-------------------	----------------------

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Em 31 de dezembro de 2008

CNPJ 04.724.690/0001-82

BENS E DIREITOS DE USO

BENS E DIREITOS EM USO	2008	2007	2006	%
Bens Depreciáveis/Amortizáveis				
Equipamento de Informática	1.184.026,69	985.448,48	845.521,63	20
Máquinas e Equipamentos de Escritório	38.312,27	38.312,27	36.095,27	10
Móveis e Utensílios	383.694,81	300.483,59	273.558,96	10
Equipamentos Audio Visual	104.947,05	91.388,32	91.388,32	20
Sistemas Aplicativos - Software	305.297,74	296.411,13	283.882,16	20
SUB-TOTAL	2.016.278,56	1.712.043,79	1.530.446,34	
(-) Depreciações	(843.868,49)	(632.373,01)	(420.237,83)	-
(-) Amortizações	(231.107,55)	(156.100,70)	(115.615,76)	-
TOTAL DO IMOBILIZADO	941.302,52	923.570,08	994.592,75	

FORNECEDORES

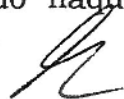
Saldo a Pagar em 31/12/2006		9.877.812,92
Saldo a Pagar em 31/12/2007		2.555.742,88
Saldo a Pagar em 31/12/2008		843.748,72


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF 000.068.151-20

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretoria Executiva do
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
SCN, Quadra 02 Edifício Corporate Financial Center, 11º andar
Brasília – DF.

1. Examinamos o Balanço Patrimonial do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Social e das Origens e Aplicações dos Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do CGEE; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do CGEE, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo primeiro representam, adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

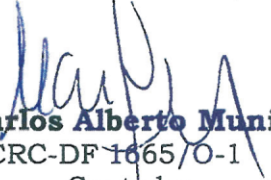


4. As Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e que estão sendo apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, cujo parecer, datado de 20 de fevereiro de 2008, foi emitido com ressalvas por ter utilizado o regime de caixa para registro das receitas do Contrato de Gestão.
- 4.1 No exercício de 2008 continuou sendo adotado o mesmo procedimento para registro daquelas receitas por tratar-se de transferência de fomento – nota explicativa, item 3.a. Exceto esta prática, todos os demais lançamentos foram feitos pelo regime de competência, com base no documento hábil comprovante da operação. Sanada, assim, a respectiva falha, estão as contas e condições de serem aprovadas.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2009.

Via Consult - Auditoria, Consultoria e Treinamento

CRC-DF 000648/O



Carlos Alberto Muniz

CRC-DF 1665/O-1

Contador

ROL DE RESPONSÁVEIS

1 - MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

EDUARDO MOACYR KRIEGER

Data início: Posse - 12/11/01

Reconduzido: 24/01/06

CPF: 015.326.428-49

Representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC

Rio de Janeiro - RJ

Fone: (11) 3069 5048

Endereço para correspondência:

INCOR: Instituto do Coração do Hospital das Clínicas - Unidade Clínica de Hipertensão Arterial

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 44

São Paulo - SP

CEP: 05403-000

E-mail: edkrieger@incor.usp.br

CONSELHEIROS:

ÂNGELA MARIA COHEN ULLER

Data início: Posse - 12/11/01

Data fim: 05/03/08

CPF: 370.179.697-15

Representante da ABIPTI

Universidade Federal do Rio de Janeiro

CEP: 21945-970 – Rio de Janeiro - RJ

Fone: (21) 9974-6490

E-mail: angela@adc.coppe.ufrj.br

ISA ASSEF DOS SANTOS

Data início: Posse - 06/03/08

CPF: 022.729.112-34

Presidente da FUCAPI / Representante da ABIPTI

Endereço: Av. Gov. Danilo Areosa, 381

Distrito Industrial - Manaus -AM

CEP: 69075-351

Fone: (92) 3613-2644

E-mail: isa.assef@fucapi.br

FRANCELINO LAMY DE MIRANDA GRANDO

Data início: Posse - 06/03/08

CPF: 625.769.688-72

Secretário de Tecnologia Industrial

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

Brasília - DF

Fone: (61) 2109-7133

E-mail: francelinogrando@desenvolvimento.gov.br

LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS

Data início: Posse - 27/06/07

CPF: 549.900.767-53

Secretário Executivo do MCT

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT Brasília-DF

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco E

CEP: 70067 900 - Brasília - DF

Fone: (61) 3317-7603

E-mail: elias@mct.gov.br; executiva@mct.gov.br

CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE XAVIER**Data início: Posse - 29/06/2006**

CPF: 008.443.146-68

Representante do Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios - Bloco L

CEP: 70047-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 2104-8507

E-mail: carlosxavier@mec.gov.br**MARCO ANTÔNIO ZAGO****Data início: Posse - 27/06/07**

CPF: 348.967.088-49

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq Brasília-DF

Endereço: CNPq - SEPQ 507 Bloco B - 3º andar - Ed. Sede do CNPq

CEP: 70740 901 - Brasília - DF

Fone: (61) 2108- 9401

E-mail: presidencia@cnpq.br**MARCO ANTONIO REIS GUARITA****Data início: Posse - 12/12/06**

CPF: 595.425.357-91

Confederação Nacional da Indústria - CNI - Brasília – DF

Endereço: SBN - Quadra 01 - Bloco B - 12º andar

CEP: 70041-902 - Brasília - DF

Fone: (61) 3317-9467

E-mail: guarita@cni.org.br**LUIS MANUEL REBELO FERNANDES****Data início: Posse - 27/06/07**

CPF: 797.578.477-04

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Rio de Janeiro-RJ

Fone: 21 2555 0700/0701

Endereço: Praia do Flamengo, 200 -13º andar

CEP: 22210-030 - Rio de Janeiro - RJ

E-mail: presidencia@finep.gov.br**SÉRGIO HENRIQUE FERREIRA****Data início: Posse - 03/07/03**

CPF: 008.313.798-04

Representante da SBPC

Av. Bandeirantes, 3900

CEP: 14049 900 - Ribeirão Preto - SP

Fone: (16) 602 3222/ 623 3886 - Fax: (16) 633 0021

E-mail: shferreira@fmrp.usp.br**HUGO BORELLI RESENDE****Data início: Posse - 30/08/06**

CPF: 330.213.096-15

Representante da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e

Engenharia das Empresas Inovadoras - ANPEI

Rua Helena, 170 - 13º andar - cj. 134 - Vila Olímpia

CEP: 04552-050 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3842-3533

E-mail: hresende@embraer.com.br**RENÊ TEIXEIRA BARREIRA****Data início: Posse - 29/09/08**

CPF: 018.207.963-53

Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de C&T

Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz

CEP: 60511-820 - Fortaleza - CE

Fone: (85) 3101-6406

E-mail: renebarreira@sct.ce.gov.br

JOSÉ LUIZ FONTES MONTEIRO**Data início: Posse - 14/12/05****Data fim: 28/09/08**

CPF: 290.686.147-20

Representante do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior - FOPROP

UFRJ - Prédio da Reitoria da PR-2 - 8º andar / sala 801

CEP: 21941-591 - Rio de Janeiro - RJ

Fone: (21) 2598-9622

E-mail: pro-reitor@pr2.ufrj.br**LUIZ ANTÔNIO MAGALHÃES PONTES****Data início: Posse - 29/09/08**

CPF: 654.406.877-72

Representante do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior - FOPROP

Rua Dr. José Peroba, 251 - 6º andar - STIEP

UNIFACS

CEP: 41770-235 - Salvador - BA

Fone: (71) 3273-9539

E-mail: pontes@unifacs.br**CARLOS AMÉRICO PACHECO****Data início: Posse - 14/12/05**

CPF: 005.317.578-62

Representante dos Associados do CGEE

Instituto de Economia - UNICAMP

Caixa Postal 6135

CEP: 13083-970 - Campinas/SP

Fone: (19) 3788-5715

E-mail: carlos_pacheco@terra.com.br**GERALDO JOSÉ CORREA****Data início: Posse - 14/12/05**

CPF: 289.592.059-15

Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE

SEPN Q. 515 Bloco C loja 32

CEP: 70770-900 - Brasília/DF

Fone: (61) 3348-7100

E-mail: geraldocorrea@sebrae.com.br**CLEMENTE GANZ LÚCIO****Data início: Posse - 14/12/05**

CPF: 298.827.029-53

Representante do Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais - DIEESE

R. Ministro Godoi, 310 - Perdizes

CEP: 05001-900 - São Paulo/SP

Fone: (11) 3874-5366 / 5383

E-mail: clemente@dieese.org.br**GUILHERME ARY PLONSKI****Data início: Posse - 14/12/05**

CPF: 576.650.608-20

Representante da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC

SCN Q.01 Bloco C salas 209 a 211

Ed. Brasília Trade Center

CEP: 70711-902 - Brasília/DF

Fone: (11) 3767-4433 / 4033 / celular: (11) 9638-1245

E-mail: plonski@ipt.br / anprotec@anprotec.org.br

ODENILDO TEIXEIRA SENA**Data início: Posse - 09/08/07**

CPF: 074.366.238-50

Representante do Forum Nacional das Fundações de Amparo a Pesquisa - Confap
Presidente da FAPEAM

Fone: (92) 3646-1116

CEP: 69000 - Manaus - AM

E-mail: odenildo@odenildosena.info**ALYSSON PAOLINELLI****Data início: Posse - 06/01/06**

CPF: 004.071436-53

Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
R. Ceará, 1735 - apto. 902

CEP: 35311-350 - Belo Horizonte - MG

Fone (31) 9955-7852

E-mail: alysson.paulinelli@hotmail.com / alysson@listen.com.br**2 - MEMBROS DA DIRETORIA:****LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO****Eleita: 24ª Reunião do CAA - 01/11/2005****Data início: Posse - 14/12/2005**

CI: 817.505 SSP-PB

CPF: 148.545.544-87

End: SHN QD. 2 Bloco H - Metropolitan - Flat

CEP: 70.702-905 - Brasília - DF

Fone: (61) 3424-3500 ou 3424-9620

E-mail: lmelo@cgee.org.br**MARCIO DE MIRANDA SANTOS****Data início: Eleito: 3ª Reunião CAA - 24/01/2002**

CI: 02754018-6 - SSP-RJ

CPF: 618.397.877-91

End: SQN 309 - Bloco C - apto. 606

CEP: 70755-030 - Brasília - DF

Fone: (61) 3877-2827

E-mail: mmiranda@cgee.org.br**ANTONIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO****Data início: Resolução CAA nº 049/2006**

CI: 438.478 - SSP/DF

CPF: 185.466.171-04

End: SQS 203 - Bloco F - apto. 603

CEP: 70233-060 - Brasília - DF

Fone: (61) 3223-8399

E-mail: agalvao@cgee.org.br**FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO****Resolução CAA nº 55-A/2006 - 29/06/2006****Data início: Posse - 01/08/2006**

CI: 02107126-1 - SSP/RJ

CPF: 204.240.867-00

End: SHN - Qd. 2 - Bloco H - Metropolitan Flat

CEP: 70702-905 - Brasília - DF

Fone: (61) 3424-9603

E-mail: rizzo@cgee.org.br

GESTOR ADMINISTRATIVO (DELEGAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº 05/2002)

ALDINO GRAEF

Data início: Posse - Ordem Interna nº 02/2002 - 01/08/2002

Data fim: Ordem Interna - 084/2008 - 01/02/2008

RG: 3283143 SSP-RJ

CPF: 086.547.780-91

End: Condomínio Ville de Montagne, QI 15 Casa 25 Lago Sul

CEP: 71680-357 - Brasília - DF

Fone: (61) 9987-2607

E-mail: agraef@cgee.org.br

EDMUNDO ANTONIO TAVEIRA PEREIRA - a partir de 11/02/2008

Data início: Posse - Ordem Interna nº 085/2008 - 11/02/2008

RG: 2540414 - IFP/RJ

CPF: 182.091.737-15

End: Condomínio Jardins do Lago - Q.02 - Conj. K - Casa 08 - Lago Sul

CEP: 71680-376 - Brasília - DF

Fone: (61) 3427-2211

E-mail: edmundo@cgee.org.br